

Ligado no que acontece

Leitor assíduo do Ibiá Omar Alves de Lima, profundo conhecedor da Legislação Tributária, enviou uma colaboração a coluna, sobre a idéia do Vereador Gustavo Oliveira de investir o IPTU arrecadado no próprio Bairro. No entendimento de Omar, a matéria é inconstitucional. Na reunião promovida pelo vereador o tema foi muito bem recebido pelos representantes da administração municipal. E a matéria certamente será avaliada pela Procuradoria Geral do Município, caso o prefeito aprove a sugestão.

Norma legal

Omar foi mais cirúrgico, apontando o Art. 167 da Constituição Federal onde determina: “ São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, parágrafo 2, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, 8, bem como o disposto no parágrafo 4 deste artigo.”

Conhecimento técnico

Com toda a experiência acumulada em décadas de serviços prestados a diversos municípios da região e na ARTAFAM, Associação Riograndense de Técnicos das Administrações Fazendária e Tributária Municipais, Omar domina a matéria e seus dispositivos legais estão na ponta da língua.

Muitas vezes, na gestão pública boas iniciativas são barradas pela emaranhada legislação brasileira. A vinculação é vedada, mas nada impede que sejam encontradas outras formas de destinar parte do investimento com a participação popular.

Prefeitura socorre

A velha máxima de que tudo estoura na Prefeitura vem se repetindo cada vez mais. A Prefeitura teve que abastecer as caixas d'água do Residencial Cinco de Maio, onde a Corsan deixou de abastecer por falta de pagamento.

O socorro aos moradores deve ser mantido até sexta. A expectativa da administração é de que o síndico e a administradora do condomínio busquem uma solução junto à estatal. A SMHAD está mediando um acordo com a Corsan.

O conjunto existe há mais de 10 anos, fruto de um projeto social do Governo Federal para famílias de baixa renda. Infelizmente, no projeto arquitetônico não foi feita a individualização dos hidrômetros. Mesmo que alguns tenham pago a sua taxa condominial em dia, a Corsan não tem recebido. A dívida atual junto a estatal é de R\$ 140 mil. E não é o primeiro corte por falta de pagamento.

Desde 2016 é Lei

O prefeito Gustavo Zanatta, embora o Município não tenha nenhuma responsabilidade, interferiu justificando que “a água é essencial à vida e, entre os prejudicados, há pessoas idosas, doentes e crianças. Seria uma desumanidade deixá-las sem água para beber, para preparar os alimentos e fazer a higiene”.

Em 2016, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.312/2016, obrigando a individualização de água nos novos condomínios. Precisou obrigar o que já era prática, na maioria dos condomínios, justamente para evitar este tipo de situação.

Não basta não ser racista, precisamos ser antirracistas

A Tribuna Popular, espaço da Câmara Municipal de Vereadores aberto a organizações da sociedade civil, legalmente constituídas com sede no Município, foi ocupada pelo professor Lucas Braga, na quinta. Neste mês de novembro, ele foi vítima de discriminação étnica e racial no exercício de sua profissão, na cidade de São Leopoldo.

O professor é natural do Ceará e veio ainda criança com a família para Montenegro. Estudou na Escola Esperança e CIEP, ambas escolas públicas. Segundo Lucas, foram nestes espaços onde apreendeu que, através da arte e da cultura, poderia atravessar os muros da escola. Na UERGS em Montenegro fez graduação em Artes, Mestrado em Educação na Unisinos e atualmente cursa Dourado em Educação na UFRGS.

No mês da Consciência Negra, um negro ocupou este espaço, justamente por ter sido vítima de racismo. Infelizmente ocorrências como esta são comuns porque o racismo ainda é muito presente em nossa sociedade. Lucas trouxe alguns dados coletados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que demonstram a importância de discutir o racismo e as desigualdades:

De cada 100 casos de racismo – 47% chegam às instâncias de investigação e, deste montante, apenas 5% de fato são investigados e



inclusive nas Faculdades.

A participação do professor Lucas na Tribuna foi uma aula de cidadania e igualdade, apresentando dados que demonstram que o racismo é uma estrutura secular de poder. A sociedade só vai, de fato, romper as amarras desta escravidão cultural na medida em que, cada vez, mais se discute sobre igualdade racial. Daí a relevância do mês da Consciência Negra, momento em que o assunto é pautado pelo poder público e por outras instâncias da comunidade, como a imprensa por exemplo.

A grande mensagem que o professor Lucas Braga deixou, em sua manifestação: “ numa sociedade racista, não basta não ser racista é preciso ser antirracismo”. E finalizou afirmando que “quem vive a luta sabe o valor da liberdade, a coragem de todo um povo em busca de igualdade...”

“ quem vive a luta sabe o valor da liberdade, a coragem de todo um povo em busca de igualdade... ”

tem alguma resolução.

Outro dado apresentado que demonstra a desigualdade estrutural em nosso País é que 70% da população mais pobre no Brasil é negra. Somente 2,7% dos estudantes de Medicina são negros. A maioria da população carcerária é negra. Nas estatísticas da violência contra a mulher, a maioria das vítimas são negras. Na educação, os índices oficiais de evasão indicam que a maior parte são estudantes negros,

Também é preciso chamar a população negra a uma auto-crítica. No âmbito da representatividade política, o negro precisa se libertar das suas próprias amarras e votar mais em negros para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Câmara Federal. A história recente demonstra que também os negros precisam estar mais conscientes e engajados, especialmente na busca de espaços que possam lhe dar visibilidade.

População sem o Teatro há 6 anos

Muito oportuno o requerimento do Vereador Felipe Kim de reunião para discutir a situação do teatro Roberto Athayde Cardona, que está fechado, no mínimo, há seis anos.

É inadmissível que neste período não

tenha sido possível resolver questões estruturais e legais. Já está concluindo a metade desta administração e uma inteira, anteriormente, e o mais importante espaço cultural do Município abandonado. O contribuinte merece esclarecimentos.



Griebeler
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Direito Civil | Direito Previdenciário | Direito Trabalhista

OAB/RS 2.390 | contato@g8adv.com.br | www.g8adv.com.br
(51) 3632.8300/8104 | (51) 999.006.729 | (51) 981.386.457
Rua João Pessoa, 1595 - Centro - Cep: 92510-260 - Montenegro/RS